



Bloco de Esquerda
Grupo Parlamentar

PROJETO DE LEI N.º 781/XII/4.^a

FACILITA A DECLARAÇÃO DE MORTE PRESUMIDA EM CASO DE NAUFRÁGIO OU DESAPARECIMENTO DE EMBARCAÇÃO

Exposição de motivos

Ao longo dos últimos anos têm-se sucedido as notícias de naufrágios e desaparecimento de pessoas no mar. Este infortúnio, que tem atingido de forma brutal os pescadores portugueses, cria muitas vezes problemas sociais graves às famílias daqueles que morrem a trabalhar no mar.

Sendo a pesca uma atividade económica que é frequentemente desenvolvida em conjunto por membros da mesma comunidade e da mesma família, a tragédia de um naufrágio pode ter consequências dramáticas na capacidade de subsistência dos familiares dos pescadores desaparecidos ou mortos.

Sendo certo que é urgente criar condições para diminuir os perigos desta atividade, o risco será sempre um dos seus componentes, tornando imprescindível a necessidade de agir para atenuar as vulnerabilidades das famílias daqueles que morrem no mar.

Uma das dificuldades que estas famílias enfrentam prende-se com o tempo exigido para a presunção de morte daqueles que, na sequência de um naufrágio, desaparecem no mar ou cujo corpo não pode ser identificado. No atual regime jurídico, podem passar-se dez

anos até que seja declarada a morte presumida e os familiares recebam as indemnizações das companhias de seguros e apoios a que têm direito.

Apesar da solidariedade das comunidades piscatórias e da ação de algumas associações ou companhias de pescadores, o drama social é quase sempre uma realidade que se instala nas famílias daqueles que morrem no mar. É esta realidade que urge mudar.

O presente Projeto de Lei procura responder a este problema de uma forma simples. No sentido daquilo que existe noutros ordenamentos jurídicos, e do que está previsto nomeadamente no Código Civil Espanhol, propomos uma alteração ao artigo do Código Civil que dispõe sobre os requisitos da declaração de morte presumida.

Assim, em caso de naufrágio ou desaparecimento de embarcação a declaração de morte presumida poderá ser requerida três meses após o ocorrido, evitando que as famílias tenham de juntar ao drama da perda as dificuldades sociais e económicas.

Assim, nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis, as Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda, apresentam o seguinte Projeto de Lei:

Artigo 1.º

Objeto

A presente lei procede à alteração do artigo 114.º do Código Civil, facilitando a declaração de morte presumida em caso de naufrágio ou desaparecimento de embarcação.

Artigo 2.º

Alteração ao Código Civil

O artigo 114.º do Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47344, de 25 de novembro de 1966, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 114.º

Requisitos

1 - [...].

2 - [...].

3 - Decorridos 3 meses sobre a data de naufrágio ou desaparecimento de embarcação, podem os interessados a que se refere o artigo 100.º requerer a declaração de morte presumida dos indivíduos que se encontravam a bordo, nas situações em que os cadáveres não possam ser recuperados ou identificados.

4 - [Anterior n.º 3].»

Artigo 3.º

Entrada em vigor

A presente Lei entra em vigor 30 dias após a sua publicação.

Assembleia da República, 13 de fevereiro de 2015.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,